

**CONCURSO PÚBLICO PARA
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO****Edital nº 216/2018**

Nível Código

E 104**Cargo: ASSISTENTE SOCIAL****CADERNO DE QUESTÕES****Instruções ao candidato – parte integrante do Edital – subitem 18.2**

1. Verifique se recebeu o **Caderno de Questões**, o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
2. Confira se o **Caderno de Questões** é referente ao cargo ao qual está concorrendo. Verifique se constam deste **Caderno**, de forma legível, 65 (sessenta e cinco) questões objetivas e a proposta de **Redação**, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Será eliminado do Concurso o candidato que realizar prova para um cargo diferente do qual concorre.
3. Verifique se seus dados conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação**, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Leia atentamente as instruções contidas neles.
4. Cada questão objetiva proposta apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
5. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois atribuir-se-á pontuação zero a toda questão sem opção assinalada ou com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
6. Sob pena de eliminação do Concurso, na **Folha de Redação**, não faça qualquer registro que possa identificá-lo. Da mesma forma não é permitido que você faça uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos, ou porte qualquer dispositivo eletrônico, inclusive telefone celular, que sirva de consulta ou de comunicação.
7. O tempo para realização da Prova Objetiva e da Redação é de no mínimo **uma hora e trinta minutos** e no máximo **quatro horas e trinta minutos**. Os candidatos poderão levar o **Caderno de Questões**, faltando, no máximo, uma hora para o término da prova.
8. Durante a realização da prova será feita a coleta da impressão digital, colabore com o Fiscal.
9. Para preencher o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**, use apenas caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
10. Ao término da prova, entregue ao Fiscal o **Caderno de Questões**, a **Folha de Redação** e o **Cartão de Respostas** assinado. A não entrega do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação**, implicará na sua eliminação do Concurso.
11. O Gabarito Preliminar será divulgado no dia 31 de março de 2019, a partir das 16 horas no endereço eletrônico do Concurso.
12. A imagem do **Cartão de Respostas**, contendo a assinatura, impressão digital e respostas assinaladas pelo candidato será divulgada no dia 10 de abril de 2019, a partir das 14 horas no endereço eletrônico do Concurso.

Após o aviso para o início da prova, o candidato deverá permanecer no local de realização da mesma por, no mínimo, noventa minutos.

Parte I: LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

A DISCIPLINA DO AMOR

Lygia Fagundes Telles

Foi na França, durante a Segunda Grande Guerra: um jovem tinha um cachorro que todos os dias, pontualmente, ia esperá-lo voltar do trabalho. Postava-se na esquina, um pouco antes das seis da tarde. Assim que via o dono, ia correndo ao seu encontro e na maior alegria acompanhava-o com seu passinho saltitante de volta à casa. A vila inteira já conhecia o cachorro e as pessoas que passavam faziam-lhe festinhas e ele correspondia, chegava até a correr todo animado atrás dos mais íntimos. Para logo voltar atento ao seu posto e ali ficar sentado até o momento em que seu dono apontava lá longe.

Mas eu avisei que o tempo era de guerra, o jovem foi convocado. Pensa que o cachorro deixou de esperá-lo? Continuou a ir diariamente até a esquina, fixo o olhar naquele único ponto, a orelha em pé, atenta ao menor ruído que pudesse indicar a presença do dono bem-amado. Assim que anoitecia, ele voltava para casa e levava sua vida normal de cachorro, até chegar o dia seguinte. Então, disciplinadamente, como se tivesse um relógio preso à pata, voltava ao posto de espera. O jovem morreu num bombardeio, mas no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança. Quiseram prendê-lo, distraí-lo. Tudo em vão. Quando ia chegando aquela hora, ele disparava para o compromisso assumido, todos os dias.

Todos os dias, com o passar dos anos (a memória dos homens!), as pessoas foram se esquecendo do jovem soldado que não voltou. Casou-se a noiva com um primo. Os familiares voltaram-se para outros familiares. Os amigos para outros amigos. Só o cachorro já velhíssimo (era jovem quando o jovem partiu) continuou a esperá-lo na sua esquina.

As pessoas estranhavam, mas quem esse cachorro está esperando? Uma tarde (era inverno), ele lá ficou, o focinho voltado para aquela direção.

TELLES, Lygia Fagundes. A disciplina do amor. Disponível em: < <http://claricemenezes.com.br/2018/02/05/a-disciplina-do-amor/> >. Acesso em jan. 2019.

01 Considerando-se a organização do texto, a autora utiliza

- (A) os tempos do presente, na maior parte, aproximando-se dos fatos, como se tivesse recorrido a uma câmara de zoom, e aumentando, portanto, a tensão narrativa.
- (B) um narrador onisciente, em 3ª pessoa, na maior parte do texto, tendo em vista que revela ao leitor uma visão mais aproximada

da narrativa, com detalhes da relação de um cão com o seu dono.

- (C) um narrador em 1ª pessoa, a que corresponde o papel de personagem e a não onisciência da narrativa, como fica claro na passagem “Mas eu avisei que o tempo era de guerra” (linha 14).
- (D) o tipo textual descritivo, predominantemente, com o objetivo de qualificar, nomear e situar os seres do mundo, sob um ponto de vista estático, como se verifica na passagem “Foi na França, durante a Segunda Grande Guerra”. (linhas 1- 2).
- (E) o discurso direto, predominantemente, como é possível verificar na passagem: “As pessoas estranhavam, mas quem esse cachorro está esperando?” (linhas 37-38)

02 A palavra “disciplina” presente no título do texto faz referência

- (A) ao relógio preso à pata do cachorro.
- (B) à pontualidade dos animais domésticos.
- (C) à fidelidade de um cachorro a seu dono.
- (D) ao amor que existe entre o cão e o jovem.
- (E) à atitude das pessoas de irem todos os dias ao trabalho.

03 A partir da leitura da passagem “Então, disciplinadamente, como se tivesse um relógio preso à pata (...)” (linhas 22-23), é possível inferir que

- (A) o cachorro, assim que anoitecia, voltava para casa e levava sua vida normal de cachorro, até chegar o dia seguinte quando o dono retornava.
- (B) o cachorro tinha um relógio preso ao corpo para esperar o dono sempre no mesmo horário.
- (C) os animais, apesar de irracionais, são muito espertos e conseguem saber reconhecer as horas.
- (D) as pessoas da vila conheciam o cachorro e faziam-lhe festinhas sempre no mesmo horário, para que ele soubesse a hora de esperar pelo dono.
- (E) o cachorro sempre esperava seu dono no mesmo horário.

04 A passagem “Uma tarde (era inverno), ele lá ficou, o focinho voltado para aquela direção.” (linhas 38-39) revela que o cachorro

- (A) morreu esperando o dono.
- (B) pressentia que o dono estava voltando.
- (C) continuou a esperar pelo dono todos os dias, no mesmo horário.
- (D) gostava de receber os afagos das pessoas que passavam por ele.
- (E) não queria perder cada movimento do retorno de seu dono.

05 A palavra “festinhas”, no texto, significa uma

- (A) pequena festa.
- (B) reunião divertida.
- (C) brincadeira alegre.
- (D) reunião de cachorros.
- (E) brincadeira sem importância.

06 A expressão “aquela direção” da passagem “(...) o focinho voltado para **aquela** direção.” (linha 39) refere-se

- (A) à esquina.
- (B) à praça da vila.
- (C) ao ponto de onde o jovem vinha.
- (D) ao lugar onde aconteceu a guerra.
- (E) à casa onde o jovem e o cão moravam.

07 O termo destacado em “Casou-se a noiva com um primo” (linha 32) exerce a função sintática de

- (A) sujeito.
- (B) objeto direto.
- (C) adjunto adnominal.
- (D) complemento nominal.
- (E) objeto indireto.

08 No trecho “... acompanhava-o com seu passinho saltitante de volta à casa”, a forma verbal destacada encontra-se no mesmo tempo verbal que a seguinte também sublinhada:

- (A) “Uma tarde (era inverno), ele lá ficou...”
- (B) “A vila inteira já conhecia o cachorro...”
- (C) “Pensa que o cachorro deixou de esperá-lo?”
- (D) “Os familiares voltaram-se para outros familiares.”
- (E) “(...) como se tivesse um relógio preso à pata (...)”

09 O trecho “O jovem morreu num bombardeio, mas no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança.” pode ser reescrito da seguinte forma, sem perda de sentido:

- (A) Como o jovem morreu num bombardeio, no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança.
- (B) Já que o jovem morreu num bombardeio, no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança.
- (C) O jovem morreu num bombardeio, portanto no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança.
- (D) O jovem morreu num bombardeio, embora no pequeno coração do cachorro, não tenha morrido a esperança.

(E) O jovem morreu num bombardeio, entretanto no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança.

10 No trecho “Só o cachorro já velhíssimo (era jovem quando o jovem partiu) continuou a esperá-lo na sua esquina”, as duas ocorrências do termo “jovem” exercem, respectivamente, as funções sintáticas de

- (A) predicativo e sujeito.
- (B) sujeito e objeto direto.
- (C) objeto direto e predicativo.
- (D) sujeito e adjunto adnominal.
- (E) adjunto adnominal e objeto direto.

TEXTO 2 (Editado)

A pesquisa científica sobre os efeitos terapêuticos da relação entre seres humanos e animais de estimação começou nos Estados Unidos em meados de 1960. Depois de muitos estudos e observação, ficaram claros os benefícios que são gerados nessa interação. Pensando nisso, a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet) possui um Grupo de Estudos sobre a Interação Humano e Animal (GE-INTERHA) para fomentar pesquisas que demonstrem a importância dos animais de estimação para a qualidade de vida das pessoas.

Essa convivência, segundo pesquisadores, é capaz de melhorar a autoestima, diminuir problemas do coração e auxiliar a família na diminuição do estresse, na queda da pressão em hipertensos e, principalmente, de melhorar a interação social.

Em um estudo realizado recentemente, ficou comprovado que, em geral, as famílias que têm animais de estimação gastam menos com remédios. Além disso, foi criada a Terapia Assistida por Animais, que pode ser aplicada em diferentes casos médicos, com grandes melhorias para os pacientes. Alguns casos mais conhecidos são os tratamentos de idosos e de crianças com paralisia cerebral, autismo ou hiperatividade.

Os cães e gatos são muito usados, pois são os animais mais próximos do ser humano. As suas visitas causam melhoras sociais, emocionais, físicas e cognitivas de pacientes em tratamento. Acariciar um animal, por si só, já ajuda o paciente a relaxar. Cães e gatos também servem como companhia para idosos solitários, evitando casos de depressão.

A relação entre seres humanos e animais de estimação. Jornal Cruzeiro do Sul, 24/05/13. Disponível em < <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/474869/a-relacao-entre-seres-humanos-e-animais-de-estimacao>>. Acesso em jan. 2019. (Adaptado)

- 11 É correto afirmar que o Texto 2
- (A) elenca vários benefícios entre o ser humano e os animais, dentre eles, a diminuição da pressão arterial em pessoas propensas à hipertensão.
 - (B) defende que os animais são solitários e, por isso, precisam da companhia dos humanos.
 - (C) contextualiza o Texto 1, ao asseverar que os animais domésticos evitam casos de depressão entre humanos.
 - (D) vai de encontro ao tema do Texto 1, ao considerar que há efeitos terapêuticos na relação entre seres humanos e animais.
 - (E) ratifica que é possível uma relação de amizade entre animal e ser humano.

12 Sob ponto de vista da Morfologia, a palavra formada pelo mesmo processo de formação do termo “tratamento” é

- (A) ajuda.
- (B) cerebral.
- (C) hipertenso.
- (D) autoestima.
- (E) estresse

13 Dentre as ocorrências da palavra “que”, em destaque nos trechos a seguir, todas são classificadas como pronome relativo, EXCETO

- (A) “(...) ficaram claros os benefícios **que** são gerados nessa interação.”
- (B) “(...) pesquisas **que** demonstrem a importância dos animais de estimação para a qualidade de vida das pessoas.”
- (C) “(...) foi criada a Terapia Assistida por Animais, **que** pode ser aplicada em diferentes casos médicos, com grandes melhorias para os pacientes.”
- (D) “(...) ficou comprovado **que**, em geral, as famílias que têm animais de estimação gastam menos com remédios.”
- (E) “(...) ficou comprovado que, em geral, as famílias **que** têm animais de estimação gastam menos com remédios.”

14 No trecho “Além disso, foi criada a Terapia Assistida por Animais, que pode ser aplicada em diferentes casos médicos, com grandes melhorias para os pacientes”, a palavra sublinhada pode ser substituída por

- (A) onde.
- (B) cuja.
- (C) aonde.
- (D) a qual.
- (E) na qual.

15 As palavras “pesquisa”, “capaz” e “social”, ao serem flexionadas em número, passam por processos ligeiramente diferentes. Outras formas nominais flexionadas da mesma maneira são, respectivamente,

- (A) “cerebral”, “ser” e “vida”.
- (B) “vida”, “ser” e “animal”.
- (C) “cão”, “paciente” e “animal”.
- (D) “cão”, “cerebral” e “paciente”.
- (E) “paciente”, “vida” e “cão”.

Parte II: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

16 O ato de orçar dentro do serviço público é caracterizado pelo programa de trabalho, que define qualitativamente a programação orçamentária e deve responder, de maneira clara e objetiva, às perguntas clássicas que caracterizam esse ato. Sendo assim, dentro da programação qualitativa, no bloco da estrutura Classificação por Esfera, item da estrutura Esfera Orçamentária, a pergunta clássica a ser respondida é:

- (A) quem é o responsável por fazer?
- (B) em que áreas de despesa a ação governamental será realizada?
- (C) qual é o tema da política pública?
- (D) o que será entregue pela política pública?
- (E) em qual orçamento?

17 A estimativa do montante necessário para o desenvolvimento da ação orçamentária, no Orçamento Público, é uma atribuição da dimensão:

- (A) do capital.
- (B) física.
- (C) financeira.
- (D) patrimonial.
- (E) contábil.

18 De acordo com a classificação funcional da despesa, o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público e que reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios, é a definição de:

- (A) esfera.
- (B) programa.
- (C) ação.
- (D) função.
- (E) elemento de despesa.

19 É da iniciativa do Poder Executivo a Lei Orçamentária Anual que compreenderá os orçamentos:

- (A) fiscal, de investimento e da seguridade social.
- (B) de outras despesas correntes e de capital.
- (C) de pessoal, outras despesas correntes e de capital.
- (D) federal, estadual e municipal.
- (E) monetário e econômico.

20 A Universidade Federal Fluminense - UFF, no seu orçamento anual, tem fixadas as despesas com aquisição de auxílio-alimentação e auxílio-transporte que, no Grupo de Natureza de Despesas (GND), são classificadas como:

- (A) pessoal e encargos sociais.
- (B) outras despesas correntes.
- (C) investimentos.
- (D) inversões financeiras.
- (E) vantagens e direitos.

21 A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) apresentará a orientação para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), mas suas faculdades vão além dessa orientação. A seguir estão elencadas algumas outras atribuições da LDO, EXCETO:

- (A) dispor sobre as alterações na legislação tributária.
- (B) expressar as metas da administração pública federal.
- (C) estabelecer a estrutura e organização dos órgãos públicos.
- (D) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) expressar as prioridades da administração pública federal.

22 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio:

- (A) do Ministério Público Federal.
- (B) do Tribunal de Contas da União.
- (C) do Supremo Tribunal de Justiça.
- (D) da Controladoria Geral da União.
- (E) da Secretaria de Orçamento e Finanças.

23 O Ministério Público (MP) é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Os princípios institucionais do MP são:

- (A) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (B) a pluralidade, a divisibilidade e a dependência.
- (C) a liberdade, a igualdade e a fraternidade.
- (D) a universalidade, a exclusividade e a periodicidade.
- (E) a responsabilidade, a eficiência e a eficácia.

24 De acordo com o princípio orçamentário da periodicidade, o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas é denominado de:

- (A) ano civil.
- (B) intervalo orçamentário e financeiro.
- (C) ano orçamentário.
- (D) exercício financeiro.
- (E) período contábil.

25 A etapa da receita orçamentária que, além de ser base para se estimarem as necessidades de financiamento do governo, antecede a fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento, consiste na etapa:

- (A) da arrecadação.
- (B) do recolhimento.
- (C) da execução.
- (D) do lançamento.
- (E) da previsão.

26 As receitas do Governo Federal podem ser divididas em primárias e financeiras de acordo com a classificação por identificador de resultado primário. As receitas primárias advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, doações e convênios e outras receitas primárias. Esse tipo de receita refere-se, predominantemente, às:

- (A) receitas de capital.
- (B) receitas correntes.
- (C) transferências de capital.
- (D) operações de crédito.
- (E) receitas de capital intraorçamentárias.

27 É permitida, de acordo com a legislação, para as despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento, a emissão de empenho do tipo:

- (A) global.
- (B) estimativo.
- (C) ordinário.
- (D) simples.
- (E) desmembrado.

28 Na codificação: 3.3.90.18.00, pode-se identificar uma determinada classificação da despesa por natureza, sendo sua identificação pelos dígitos e seus correspondentes níveis. O 1º dígito identifica a Categoria Econômica, o 2º dígito identifica o Grupo de Despesa, o 3º e 4º dígitos identificam a Modalidade de Aplicação, o 7º e 8º dígitos identificam o Subelemento da Despesa. O 5º e 6º dígitos são responsáveis por indicar o nível de despesa denominado:

- (A) função da despesa.
- (B) aplicação da despesa.
- (C) elemento de despesa.
- (D) execução da despesa.
- (E) fonte da despesa.

29 Receitas públicas, em sentido amplo, são ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, e ingressos extraorçamentários, quando representam:

- (A) receitas de serviços.
- (B) transferências correntes.
- (C) contribuições.
- (D) receitas correntes intraorçamentárias.
- (E) apenas entradas compensatórias.

30 De acordo com a Lei 4.320/64, o ato da repartição competente verificar a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora, e inscrever o débito desta, é a definição para o estágio da receita pública denominado de:

- (A) recolhimento
- (B) recebimento.
- (C) previsão
- (D) lançamento.
- (E) arrecadação.

Parte III: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31 A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, colocou a assistência social como um direito dos cidadãos. A política nacional de assistência social, promulgada em 2004, reforça estes princípios, garantindo que:

- (A) a assistência social será prestada a quem dela necessitar, sem a necessidade de contribuição prévia.
- (B) a fiscalização da contribuição financeira ficará sob responsabilidade dos municípios.
- (C) o conhecimento existente sobre as demandas por proteção social é responsabilidade do executivo estadual.

- (D) o conhecimento socioterritorial permite um diagnóstico aproximado das vulnerabilidades sociais.
- (E) os aspectos demográficos são fundamentais no diagnóstico da pobreza em cada município brasileiro.

32 O código de ética do assistente social em vigor coloca que o profissional tem, em relação às instituições empregadoras, alguns deveres profissionais. Dentre estes deveres, destaca-se o(a):

- (A) livre acesso à população usuária.
- (B) solidariedade com outros profissionais que atuam na equipe multidisciplinar.
- (C) empenho na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais.
- (D) repasse das informações aos usuários dos serviços prestados pelas instituições de assistência social.
- (E) participação do profissional nas comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho.

33 A Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social - Lei nº 8.662/1993 - estabelece algumas competências do Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS). Dentre estas competências, destaca-se o(a):

- (A) zelo pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como tribunal regional de ética profissional.
- (B) elaboração do regimento interno, submetendo-o às instâncias coletivas da categoria profissional.
- (C) organização e manutenção do registro profissional dos assistentes sociais em todo território brasileiro.
- (D) observação da legislação trabalhista e a sua aplicabilidade no exercício profissional.
- (E) assessoramento aos Conselhos Regionais de Serviço Social, sempre que se fizer necessário.

34 Segundo a análise de Vasconcelos, a assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem por finalidade:

- (A) permitir o engajamento dos estudantes nos movimentos sociais de contestação à ordem vigente.
- (B) prover os recursos necessários para a superação dos obstáculos e impedimentos ao bom desempenho acadêmico dos estudantes.
- (C) implementar os instrumentos pedagógicos, que permitam o bom desenvolvimento acadêmico dos alunos.
- (D) modificar as formas de aprendizagem, implementando formas coletivas de ensino nas instituições de ensino superior.
- (E) permitir formas de ensino por meio das quais o estudante possa assumir o seu protagonismo neste processo.

35 Numa prefeitura de uma cidade do interior, o assistente social recebe uma denúncia de maus-tratos contra uma criança. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 -, nesta situação, cabe ao profissional da assistência social comunicar o caso ao(s):

- (A) Conselho Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente.
- (B) Conselho Regional de Serviço Social mais próximo da localidade.
- (C) Órgãos de Segurança Pública da região.
- (D) Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- (E) Conselho Municipal de Assistência Social.

36 Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente:

- (A) da contribuição à seguridade social.
- (B) das possibilidades de atuação profissional.
- (C) da situação de carência individual.
- (D) das ações que permitam o pleno emprego.
- (E) dos planos de assistência social.

37 Ao se analisar a história da previdência social no Brasil, observa-se que na década de 1920 a previdência social apresentava características bastante peculiares. Dentre estas características, destaca-se o(a):

- (A) caráter de acumulação das formas de capitalização da previdência privada.
- (B) gestão estatal da previdência social e distribuição, para os trabalhadores sindicalizados, dos benefícios sociais.
- (C) natureza fundamentalmente civil e privada, do ponto de vista da sua gestão.
- (D) definição de limites orçamentários máximos para as despesas com assistência médico-hospitalar.
- (E) instituição de regimes de previdência complementar, com a contribuição dos trabalhadores em empregos formais.

38 Segundo a análise de Behring e Boschetti, na história das políticas sociais, o capitalismo tardio ou maduro tem forte influência na formulação destas políticas. Esta fase do capitalismo tem como característica:

- (A) o predomínio do capital fictício como forma de acumulação do capital.
- (B) o intenso processo de monopolização do capital, pela intervenção na economia e no livre movimento do mercado.
- (C) o compromisso de classe e a aliança entre o Estado e os trabalhadores.
- (D) a expansão do liberalismo econômico e a rigidez das leis do trabalho.

(E) as restrições das políticas de seguridade social, em especial nos países periféricos.

39 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão da assistência social no campo na proteção social brasileira. Neste sentido, o SUAS apresenta alguns eixos que estruturam suas ações. Dentre eles, destaca-se o(a):

- (A) precedência da gestão compartilhada público-privada na gestão da política pública.
- (B) centralização político-administrativa.
- (C) participação dos conselhos municipais de assistência social.
- (D) ampliação na prestação dos serviços de saúde.
- (E) financiamento partilhado entre os entes federados.

40 O código de ética profissional do assistente social em vigor estabelece, no exercício profissional, alguns princípios fundamentais. Dentre estes princípios, destaca-se o(a):

- (A) defesa da Política Nacional de Assistência Social.
- (B) compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.
- (C) desagravo público por ofensa que atinja a honra profissional.
- (D) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas funções ou cargos.
- (E) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

41 De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/1993 -, as proteções sociais básica e especial serão ofertadas, respectivamente, nos:

- (A) Centros Municipais de Proteção à criança e ao adolescente.
- (B) Conselhos Municipais e Estaduais e Assistência Social.
- (C) Centros de Referência de Assistência Social e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social.
- (D) Conselhos de Defesa da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.
- (E) Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, Previdência e Assistência Social.

42 O Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor estabelece alguns direitos e responsabilidades gerais do assistente social. Dentre eles, destaca-se o(a):

- (A) livre exercício das atividades inerentes à profissão.
- (B) exercício de sua autoridade como forma de cercear o direito dos usuários.
- (C) democratização das informações no acesso às informações institucionais.
- (D) acesso livre à população usuária.
- (E) combate a qualquer forma de discriminação no exercício da profissão.

43 A universidade brasileira, na sua primeira fase de constituição e afirmação, enquanto instituição produtora de conhecimento, acompanha as transformações da sociedade brasileira iniciadas nos anos de 1930. Dessa forma, a intelectualidade que surge neste período ficará marcada pelo:

- (A) posicionamento contrário à privatização das instituições públicas de ensino superior e, conseqüentemente, favorável à ampliação de vagas.
- (B) apoio ao Movimento Modernista iniciado em 1922.
- (C) impulso ao movimento cultural e político iniciado com a Revolução de 30.
- (D) pensamento abertamente crítico, dando luz a grandes pensadores que se confrontaram com a situação desigual da sociedade brasileira.
- (E) incentivo à produção individual junto às instituições de pesquisa e fomento.

44 Um dos elementos abordados por Mészáros, na sua análise sobre a crise estrutural do capital, diz respeito à emergência do desemprego crônico. Um dos resultados dessa tendência é que o desemprego:

- (A) se restringe aos países periféricos do desenvolvimento capitalista, com alta retração no mercado de trabalho.
- (B) atinge, de forma predominante, os trabalhadores de serviços temporários, em relação aos quais o Estado atua no sentido de minimizar os efeitos.
- (C) impulsiona a contratação de trabalhadores fabril e do setor de serviços, como forma de ampliar a oferta de trabalho temporário.
- (D) intensifica as formas de trabalho no setor digital, com ampla contratação de trabalhadores especializados.
- (E) não se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas também atinge um grande número de trabalhadores altamente qualificados.

45 Segundo o Sistema Único da Assistência Social, a proteção social de assistência social tem por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania. Dessa forma, ela apresenta alguns princípios. Dentre eles, destaca-se o(a):

- (A) defesa da família como núcleo mais importante da sociedade brasileira.
- (B) fortalecimento de possibilidade de convívio, educação e proteção social das famílias em vulnerabilidade social.
- (C) segurança alimentar.
- (D) fortalecimento dos vínculos sociais.
- (E) integração às políticas sociais e econômicas.

46 Um indivíduo assinou um contrato intermitente de trabalho, uma nova modalidade de contratação instituída pela lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Nesta modalidade de contratação será observado que:

- (A) o empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, cinco dias corridos de antecedência.
- (B) o empregado, mediante a convocação do empregador, terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.
- (C) ao final de cada período de prestação de serviço, o empregado receberá o pagamento dos serviços prestados após trinta dias.
- (D) a cada doze meses, o empregado adquire direito a usufruir, nos doze meses subsequentes, obrigatoriamente, quinze dias de férias.
- (E) o não cumprimento das normas contratuais impede que empregador contrate um novo trabalhador por um período de trinta dias.

47 Um assistente social é contratado para prestar serviços numa instituição pública de assistência social. Nesta instituição, é solicitado ao profissional que realize vistorias e perícias técnicas e pareceres sobre matéria de serviço social. Segundo a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social - Lei nº 8.662/1993 -, estas ações constituem:

- (A) competências do assistente social nas áreas da assistência social e saúde.
- (B) instrumentos necessários ao saber profissional.
- (C) atribuições privativas do assistente social.
- (D) formas de contribuir para o bom desempenho profissional.
- (E) elementos necessários de atuação profissional na área da política nacional de assistência social.

48 A Política Nacional do Idoso - lei nº 8.842/1994 - é regida por alguns princípios. Dentre eles, destaca-se:

- (A) o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza.
- (B) a participação do idoso em todas as fases do atendimento assistencial.
- (C) a priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias.
- (D) a descentralização político-administrativa no atendimento à pessoa idosa.
- (E) a prioridade no atendimento ao idoso nos órgãos públicos e privados.

49 A Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social é regida por alguns princípios fundamentais. Dentre eles, destaca-se o(a):

- (A) articulação necessária entre estágio e mercado de trabalho.
- (B) estabelecimento de um número máximo de estudantes em turmas de estágio.
- (C) construção de instrumentos de avaliação dos estudantes, que leve em conta o aparato didático-pedagógico.
- (D) articulação entre formação e exercício profissional, expressa e potencializada por meio de interlocução entre estudantes, professores(as) e assistentes sociais dos campos de estágio.
- (E) ênfase do estágio como instrumento pedagógico na formação acadêmica dos estudantes.

50 De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/1993 -, na efetivação da política de assistência social, compete aos Estados:

- (A) atender, em conjunto com os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.
- (B) diagnosticar as situações de vulnerabilidade social.
- (C) instituir e gerenciar os Conselhos Municipais de Assistência Social.
- (D) realizar monitoramento e avaliação da política nacional de assistência social.
- (E) normatizar as ações e regular a prestação de serviços na área da assistência social.

51 Ao analisar o surgimento da Universidade no Brasil, Vasconcelos afirma que no século XIX, a partir da proclamação da Independência, há um crescimento das escolas superiores no Brasil.

Nessa conjuntura, estas escolas apresentam como características:

- (A) espaços acadêmicos voltados para a pesquisa científica.
- (B) instituições destinadas a prestar auxílio estudantil aos alunos.
- (C) modelo de unidades desconexas e voltadas para a formação profissional.
- (D) autonomia universitária frente ao executivo federal.
- (E) ensino totalmente privado, destinado aos estudantes de maior poder aquisitivo.

52 De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, promulgada em 2004, a proteção social básica tem como um dos objetivos:

- (A) contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos.
- (B) assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garanta a convivência familiar e comunitária.
- (C) estimular a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da política de assistência social.
- (D) prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidade e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
- (E) implementar o Benefício de Prestação Continuada junto aos Estados e Municípios.

53 Segundo a análise de Behring e Boschetti, a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social foi fortemente tensionada pela estratégia de extração dos superlucros, em relação aos quais estão presentes as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários. Neste sentido, a tendência geral tem sido de:

- (A) irredutibilidade do valor dos benefícios sociais.
- (B) restrição e redução dos direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado.
- (C) diversidade das bases de financiamento das políticas sociais.
- (D) mudanças pontuais nas políticas de seguridade social.
- (E) consolidação da assistência social como política pública.

54 Segundo a nova legislação trabalhista promulgada em 2017 - lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 -, é criada a modalidade de trabalho denominada teletrabalho. Esta lei considera o teletrabalho como o(a):

- (A) prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.
- (B) criação de uma modalidade de trabalho exclusivamente digital, segundo a qual o empregado exerce suas atividades no seu local de moradia e tem total autonomia no controle e produção de serviços.
- (C) execução terceirizada dos serviços prestados, segundo a qual o empregado é contratado por um período de tempo determinado, com garantia de recebimento dos direitos trabalhista.
- (D) regime jurídico diferenciado, segundo a qual o trabalhador exerce, na maior parte do tempo, suas atividades na empresa, onde o trabalho na residência do empregado é algo esporádico.
- (E) universalização do trabalho fixo, segundo a qual as garantias trabalhistas são dadas mediante a parceria do Estado com a instituições privadas na produção de mercadorias.

55 A previdência social brasileira, que surge a partir da década de 1930, apresenta diferenças significativas, se comparada ao período anterior (1920). Dentre estas diferenças, destaca-se a:

- (A) ampliação dos benefícios pecuniários, particularmente os benefícios da seguridade social.
- (B) criação do Departamento Nacional do Trabalho.
- (C) definição dos limites orçamentários máximos para as despesas com assistência médico-hospitalar e farmacêutica.
- (D) restrição dos recursos destinados à Previdência e Assistência Social.
- (E) sindicalização facultativa dos trabalhadores autônomos e informais.

56 O Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor estabelece alguns deveres do assistente social na relação com outros profissionais. Dentre estes deveres, destaca-se o(a):

- (A) participação nos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia.

- (B) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.
- (C) participação de programas de apoio à população que apresenta riscos de vulnerabilidade social.
- (D) repasse ao seu substituto das informações necessárias à continuidade do trabalho.
- (E) emprego com transparência das verbas sob sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades da população.

57 De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 -, a criança e o adolescente têm direito à liberdade e ao respeito e à dignidade como pessoas humanas. O direito à liberdade compreende alguns aspectos. Dentre eles, destaca-se:

- (A) brincar, praticar esporte e divertir-se.
- (B) participar dos fóruns deliberativos referentes à questão da criança e do adolescente;
- (C) buscar formas de inserção nos espaços formais de educação.
- (D) denunciar práticas abusivas nos espaços institucionais.
- (E) desenvolver práticas pedagógicas alternativas à educação escolar.

58 Se a partir década de 1930 há uma proposta de uma universidade crítica e atenta aos problemas nacionais, o golpe civil-militar de 1964 pode ser considerado a interrupção deste processo. Nesta conjuntura, as classes dominantes optaram pelo(a):

- (A) forma de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro.
- (B) superação das desigualdades sociais apresentando projetos de distribuição de renda.
- (C) aniquilamento das barreiras nacionais, propiciando formas de integração regional.
- (D) impedimento de formas de superexploração da força de trabalho.
- (E) aprofundamento do caráter dependente da nossa formação nacional.

59 Segundo a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social - Lei nº 8.662/1993 -, cabe aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) a aplicação de algumas penalidades àqueles profissionais que cometam alguma infração à referida lei. Dentre estas penalidades, destaca-se o(a):

- (A) impedimento na participação nas decisões coletivas referentes à formação profissional.
- (B) cancelamento provisório do registro profissional, nos casos de extrema gravidade.
- (C) aplicação de multa no valor de um a cinco vezes a anuidade vigente.
- (D) suspensão de trinta dias do exercício profissional em infrações consideradas moderadas.
- (E) inscrição do registro profissional do assistente social infrator nas organizações coletivas da categoria.

60 A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social dispõe que a vigilância socioassistencial consiste no desenvolvimento da capacidade e meios de gestão que permitam identificar a presença de formas de vulnerabilidade social. Dentre as funções desta vigilância, destaca-se o(a):

- (A) instituição de um paradigma da universalização do direito à proteção social.
- (B) identificação de pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência e abandono.
- (C) hierarquização da rede de apoio social frente às situações de grave vulnerabilidade social.
- (D) caráter contínuo e sistemático no atendimento social.
- (E) caráter público e de corresponsabilidade no atendimento às famílias, que apresentam quadro de vulnerabilidade social.

61 Ao analisar a crise estrutural do capital, Mézáros analisa a importância dos movimentos sociais radicais na conjuntura de crise. No entanto, o autor alerta que estes movimentos devem:

- (A) associar-se a outros movimentos sociais, no sentido de romper com o isolamento.
- (B) reforçar o discurso da importância estatal na execução das políticas públicas.
- (C) implementar uma agenda propositiva frente à ofensiva do capital.
- (D) livrar-se progressivamente das limitações gradativas da esquerda tradicional.
- (E) buscar articulação como os movimentos ecológicos, que combatam a destruição ambiental.

62 A Política Nacional de Assistência Social (2004) explicita que os serviços de proteção social têm estreita interface com o sistema de garantia de direito e uma gestão com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. Neste sentido, a Proteção Social Especial de Média Complexidade é oferecida:

- (A) às instituições não governamentais que atuam na política pública de assistência social.
- (B) aos conselhos municipais e estaduais de assistência social.
- (C) aos fóruns deliberativos da Política Nacional de Assistência Social.
- (D) às entidades de classe que atuam diretamente nas ações assistências com as famílias.
- (E) às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

63 A Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/1993 - estabelece ações nas três esferas de governo na área da assistência social. Neste sentido, compete à União algumas destas ações. Dentre elas, destaca-se:

- (A) implementar ações no campo dos direitos sociais, em conjuntos com os municípios brasileiros.
- (B) criar um cadastro único, que contenha os dados dos Centros de Referência da Assistência Social.
- (C) atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.
- (D) financiar os recursos dos Estados no campo da assistência social.
- (E) realizar monitoramento das ações assistenciais no Distrito Federal e Municípios.

64 A Política Nacional de Estágio, elaborada pela Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, coloca que a materialização do estágio curricular supervisionado deve ocorrer em consonância com os princípios explícitos no(a):

- (A) Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor.
- (B) Lei Orgânica da Assistência Social.
- (C) Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social.
- (D) Política Nacional de Assistência Social.
- (E) Constituição da República Federativa do Brasil.

65 Ao analisar a universidade pública sob uma nova perspectiva, Chauí afirma que o Estado deveria implementar algumas ações que modificassem a orientação que marca a educação brasileira, particularmente a partir do golpe civil-militar que ocorre em 1964. Neste sentido, dentre estas ações, destaca-se a:

- (A) necessidade de o Estado implementar parcerias público-privadas na área de produção do conhecimento.
- (B) ideia de que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público, e sim como investimento e um direito social.
- (C) implementação de um modelo de gestão em que a meritocracia seja um dos fundamentos da ação estatal.
- (D) formulação de uma Política Nacional de Assistência Estudantil que equalize o acesso ao ensino superior.
- (E) realização de um diagnóstico que demonstre os principais problemas da educação superior no Brasil.

Espaço reservado para rascunho

Parte IV: PROVA DE REDAÇÃO

Instruções

- 1 O texto deve ser escrito na modalidade culta da Língua Portuguesa.
- 2 O rascunho da Redação deve ser feito no espaço apropriado.
- 3 O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, entre 20 e 25 linhas.
- 4 A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- 5 Em qualquer das situações expressas a seguir, será atribuída a nota zero à redação que:
 - 5.1 tiver menos de 20 linhas;
 - 5.2 fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo–argumentativo;
 - 5.3 apresentar identificação do participante;
 - 5.4 apresentar termos inadequados, tais como: vocabulário ofensivo, vulgar e/ou obsceno, receitas culinárias, orações, pedidos de ajuda, súplicas, ameaças, protestos, desenhos etc.

TEXTO 1



Disponível em: < <https://direitodetodos.com.br/todos-sao-iguais-perante-a-lei/> > Acesso em jan. 2019.

TEXTO 2

Todos são iguais perante a lei é uma frase que todo brasileiro já ouviu em sua vida, seja em meio a uma discussão de um direito, uma brincadeira entre amigos, análises jornalísticas nem sempre tão embasadas, entre outros momentos. Contudo, nos cabe fazer uma pergunta: será que realmente todos são iguais perante a lei?

O principal embasamento para a frase “todos são iguais perante a lei” é o princípio constitucional da isonomia, também chamado de princípio da igualdade. Veja o que diz o “caput” do art. 5º da Constituição Federal:

“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.

Pela simples leitura do artigo constitucional, temos a impressão de que cada cidadão residente no Brasil deve ser tratado de maneira igual independente de sua condição econômica, raça, credo, sexo, e assim por diante. Contudo, não é o que ocorre na prática e isso, nem sempre, é motivo de preocupação ou algo ruim.

Antigamente, o grande e saudoso Ruy Barbosa já dizia que a regra da igualdade é tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam.

Você pode estar pensando agora: como assim, tratar desigualmente os desiguais se todos são iguais perante a lei?

De forma simples, sem adentrarmos em questões filosóficas ou profundamente jurídicas, (...), o que o princípio da isonomia e o nobre Ruy Barbosa querem dizer é que a verdadeira desigualdade seria tratar igualmente aqueles que são desiguais. Veja [um exemplo] para facilitar a sua compreensão.

Exemplo 1: Não há dúvidas de que homens e mulheres possuem inúmeras diferenças biológicas e psicológicas, para citar apenas duas. Tanto os homens como as mulheres possuem direitos e deveres trabalhistas, porém, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) contém a Seção I do Capítulo III chamada “Da proteção do trabalho da mulher”, em que existem regras específicas às trabalhadoras e isto não é nenhum desrespeito ao princípio da igualdade.

(...)

PIACENTI, Felipe. Todos são iguais perante a lei? In: Direito de todos, 02/06/2015. Disponível em: < <https://direitodetodos.com.br/todos-sao-iguais-perante-a-lei/> > Acesso em jan. 2019. (Adaptado).

Após a leitura dos textos 1 e 2, desenvolva seu texto dissertativo-argumentativo a partir das seguintes questões:

TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI? A VERDADEIRA DESIGUALDADE SERIA TRATAR IGUALMENTE AQUELES QUE SÃO DESIGUAIS?

Defenda seu ponto de vista sobre o tema, apresentando argumentos consistentes, de maneira clara e encadeada. Preste atenção à progressão textual, à coesão e à coerência.

